



JUSTIÇA SOCIAL E GÊNERO: A DESIGUALDADE MULTIDIMENSIONAL E OS OBSTÁCULOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE SOCIEDADES JUSTAS NA AMÉRICA LATINA

Vitória Agnoletto¹

Anna Paula Bagetti Zeifert²

Schirley Kamile Paplowski³

Resumo: O presente estudo tem por objetivo estabelecer a ligação entre as desigualdades multidimensionais e a desigualdade de gênero no contexto latino-americano, a partir dos dados e das reflexões da CEPAL (2016). Nesse contexto, é adotado o pensamento descolonial para pensar o cenário da América Latina, com foco na construção de sociedades justas que visem “a reversão dos processos históricos que induziram a vulnerabilidade da dignidade da maior parte dos seres humanos e na garantia a todos de bens

¹ Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ); Bolsista PIBIC/UNIJUÍ do projeto de pesquisa “Justiça Social: os desafios das políticas sociais na realização das necessidades humanas fundamentais”, grupo de pesquisa “Direitos Humanos, Justiça Social e Sustentabilidade” (CNPq). E-mail: viagnoletto@yahoo.com.br

² Doutora em Filosofia (PUCRS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado em Direitos Humanos - e do Curso de Graduação em Direito da UNIJUÍ/Brasil. Integrante do Grupo de Pesquisa Cidades, Justiça Social e Equidade (CNPq). Coordenadora do projeto de pesquisa “Justiça Social: os desafios das políticas sociais na realização das necessidades humanas fundamentais”. Editora-Chefe da Revista Direito em Debate (Qualis B1).

³ Acadêmica do Curso de Graduação em Direito da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ); Bolsista PIBIC/UNIJUÍ do projeto de pesquisa “Justiça Social: os desafios das políticas sociais na realização das necessidades humanas fundamentais”, grupo de pesquisa “Direitos Humanos, Justiça Social e Sustentabilidade” (CNPq).

essenciais para uma vida decente” (BRAGATO, 2014, p. 25). A partir da teoria crítica de Dussel (2001), a pesquisa busca demonstrar como os graves problemas de exclusão social interferem na dinâmica da sociedade e como as reflexões descolônias podem auxiliar no combate às desigualdades multidimensionais e de gênero. Utiliza-se como método de abordagem o hipotético dedutivo, sendo a pesquisa do tipo exploratória, utilizando uma base teórica presente na filosofia política contemporânea.

Palavras-chave: Justiça Social. Desigualdade. Gênero.

Abstract: The present study aims to establish the link between multidimensional inequalities and gender inequality in the Latin American context, based on data and reflections from CEPAL (2016). The decolonial thinking is adopted to think about the Latin American scenario, focusing on the construction of just societies aimed at “the reversal of the historical processes that induced the vulnerability of the dignity of most human beings and the guarantee to all of goods. essential for a decent life” (BRAGATO, 2014, p. 25). Dussel's (2001) critical theory is used to demonstrate how the serious problems of social exclusion interfere in the dynamics of society and how the decolonial reflections can help in the fight against multidimensional and gender inequalities. It is used as a method of approach the hypothetical deductive, being the exploratory research, using a theoretical basis present in contemporary political philosophy.

Keywords: Social Justice. Inequality. Gender.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

As desigualdades sociais são diferenças sistemáticas e persistentes de acesso a bens, recursos e oportunidades, geradas independentemente dos talentos, capacidades e desempenhos individuais, que podem cristalizar-se e formar categorias sociais que impossibilitam a mobilidade social e, conseqüentemente, tornam rígida a sociedade. Fernando Luís Machado (2015) demonstra que as desigualdades sociais são multidimensionais, isto é, trata-se de variados tipos e formas de desigualdades, sendo elas associadas à classe, ao gênero e à etnia ou à raça. O ponto principal da multidimensionalidade é

que as desigualdades são interdependentes e, por vezes, interligadas, existindo uma dinâmica entre elas, de modo que intensificam e afetam umas às outras. Nesse sentido, é possível observar que a discriminação baseada no gênero é introduzida nos diversos âmbitos da sociedade, sendo intensificada pelo acesso a bens, pelas categorias sociais e pelo funcionamento das instituições. Por isso, atualmente é comum que existam variados tipos de desigualdade de gênero: no mercado de trabalho, na saúde, na educação e assim por diante.

Em especial, a desigualdade consiste em uma característica histórica e estrutural da América Latina e do Caribe, sendo presente nessas sociedades mesmo em períodos de desenvolvimento econômico e prosperidade. Devido a esse cenário grave e particular, se faz necessário buscar novas formas de construir sociedades justas e novos meios de combate à desigualdade de gênero no contexto latino-americano, pois as teorias e propostas norte-americanas e europeias falham em mensurar e considerar as condições históricas, culturais, sociais, econômicas e políticas que cerceiam a realidade da América Latina.

Nesse contexto, é adotado o pensamento descolonial para refletir e pensar no cenário da América Latina, com foco na construção de sociedades justas que visem “a reversão dos processos históricos que induziram a vulnerabilidade da dignidade da maior parte dos seres humanos e na garantia a todos de bens essenciais para uma vida decente” (BRAGATO, 2014, p. 25). A partir da teoria crítica de Dussel (2001) e de Flores (2009), a pesquisa busca demonstrar como os graves problemas de exclusão social interferem na dinâmica da sociedade e como as reflexões descolonias podem auxiliar no combate às desigualdades multidimensionais e de gênero.

Utiliza-se como método de abordagem o hipotético dedutivo, sendo a pesquisa do tipo exploratória, utilizando uma base teórica presente na filosofia política contemporânea.

DESIGUALDADES MULTIMENCIONAIS E DE GÊNERO

O tema das desigualdades sociais é frequentemente citado em discursos, seja mediático, político, econômico ou social. Além disso, juízos de valores sobre a questão são construídos através das falas e dos discursos, e na maioria das vezes são juízos críticos, isto é, que consideram negativas as desigualdades sociais e, por isso, precisam ser combatidas, reduzidas ou eliminadas, como demonstra o sociólogo Fernando Luís Machado (2015).

As desigualdades sociais não são apenas diferenças sociais entre grupos ou populações com culturas e estilos de vida distintos e específicos, assim como não são meras distinções de talentos, capacidades e desempenhos individuais. Isto é, as “desigualdades sociais são diferenças sistemáticas e persistentes de acesso a bens, recursos e oportunidades, que se estabelecem entre pessoas, grupos sociais ou mesmo populações inteiras” (MACHADO, 2015, p. 299). Portanto, as diferenças de acesso a bens, recursos e oportunidades existem independentemente das diferenças entre culturas, estilos de vida, talentos e capacidades.

Entretanto, as desigualdades sociais podem derivar de diferenças graves entre culturas ou entre capacidades, ou seja, são elementos que existem independentemente, mas podem se relacionar e gerar outras formas e intensidades de desigualdades. Sendo assim,

as pertenças de classe, étnico-raciais ou de gênero também intervêm na construção social, (...) podendo o mesmo assumir um papel decisivo. Por outras palavras, os talentos e os esforços individuais contam, mas o efeito específico desses talentos e esforços faz-se sentir num contexto de desigualdades sociais estruturadas que também têm consequências (MACHADO, 2015, p. 301).

Partindo de uma compreensão inicial de desigualdade social, é importante entender o plural desse termo. “Desigualdades sociais” é a forma mais apropriada para tratar do tema, tendo em vista que assumem diversas formas e possuem diferentes mecanismos e instrumentos. Fernando Luís Machado (2015) fala de multidimensionalidade das desigualdades sociais, partindo da ideia de que as desigualdades podem se classificar em três grandes grupos: desigualdades de classe, desigualdades étnico-raciais e

desigualdades de gênero. Além disso, o autor também adota uma outra classificação, de modo que existem desigualdades vitais, existenciais e de recursos. É importante compreender essas duas classificações para melhor entender a dinâmica das desigualdades e como elas são, na maioria das vezes, interligadas e interdependentes.

Desigualdades vitais são “desigualdades perante a vida e a morte, decorrentes de diferentes graus de exposição a riscos fatais. São desigualdades que remetem para o estado de saúde das populações e grupos sociais” (MACHADO, 2015, p. 301). Na contemporaneidade, são as desigualdades medidas através da expectativa de vida, da taxa de mortalidade infantil e da incidência de doenças. Esse tipo grave de desigualdade se relaciona com as desigualdades de classe, isto é, com as menores condições de acesso a bens e recursos e, conseqüentemente, à saúde, assim como se relaciona com desigualdades étnico-raciais e de gênero, tendo em vista que em muitos países as populações marginalizadas ou vulneráveis possuem menor acesso e qualidade de atendimento na área da saúde.

Existenciais são as desigualdades que remetem ao “reconhecimento de cada ser humano enquanto pessoa” (MACHADO, 2015, p. 302), isto é, da oportunidade e possibilidade de cada indivíduo realizar livremente seus projetos de vida e de acessar direitos. Portanto, as desigualdades existenciais se expressam através da “insignificância” de determinados grupos e populações, como ocorreu com a escravidão dos povos indígenas e afrodescendentes e com o patriarcado. Esses são apenas alguns dos exemplos de desigualdades existenciais da história humana, muitos outros grupos e povos sofreram e sofrem em decorrência disso, pois se trata do tipo mais comum e frequente de desigualdade.

O tipo de qual mais se trata de desigualdade são as desigualdades de recursos, especialmente porque é uma desigualdade que influencia diretamente na formação de desigualdades vitais e existenciais. Porque, como aponta Fernando Luís Machado (2015), os recursos são o rendimento, a escolaridade, as qualificações profissionais, o capital social e o poder. Percebe-se, portanto, que existe uma pluralidade de recursos que, conseqüentemente,

interferem nos demais âmbitos da sociedade, influenciando no maior ou menor acesso à saúde ou nas oportunidades.

As categorias sociais estão diretamente relacionadas com as desigualdades sociais, especialmente as desigualdades de recursos. Deste modo, tendo em vista que as desigualdades sociais são “diferenças sistemáticas e persistentes de acesso a bens, recursos e oportunidades, geradas independentemente dos talentos, capacidades e desempenhos individuais” (MACHADO, 2015, p. 303), elas tendem "a cristalizar-se e a formar categorias sociais duradouras, que podem ser categorias de classe, de género, étnico-raciais, de status, de idade ou outras" (MACHADO, 2015, p. 303). Essas categorias podem transformar-se em comunidades fortemente sedimentadas, com sentimento de pertencimento compartilhado entre os indivíduos e pode, além disso, construir uma imagem própria, interna e externa, em relação ao restante da sociedade.

Existe uma lógica nessa dinâmica, isto é, quanto mais cristalizada as desigualdades, maiores são as possibilidades de perpetuação dessas categorias, o que acaba por introduzir rigidez na sociedade, pois dificulta a possibilidade de indivíduos mudarem de categorias. Portanto, afirma Machado (2015), quanto mais aberto o acesso a diferentes tipos de recurso, maior será a possibilidade de mobilidade social e, conseqüentemente, menores chances de perpetuação de categorias fechadas e perenes.

Sendo as desigualdades sociais diferenças sistemáticas e persistentes de acesso a bens, recursos e oportunidades, geradas independentemente dos talentos, capacidades e desempenhos individuais, que podem cristalizar-se e formar categorias sociais que impossibilitam a mobilidade social e, conseqüentemente, tornam rígida a sociedade, quais são as causas das desigualdades sociais? Fernando Luís Machado (2015) acredita que as instituições, tais como os sistemas de ensino, a economia e o mercado de trabalho, o Estado e as políticas públicas e os valores culturais, são parte do contexto em que as causas se formam.

Os sistemas de ensino, no mundo contemporâneo, são o principal veículo de mobilidade social, pois o ensino acessível a todos permite a

promoção da igualdade de oportunidades, mas, por outro lado, a escola pode reproduzir desigualdades. Isso quer dizer que o sistema de ensino é parte do contexto não só das desigualdades, mas também da igualdade de oportunidades, o que muda é o modo de funcionamento dessas instituições. O mesmo ocorre com a economia e o mercado de trabalho, que pode ser causa de desigualdades assim como de igualdade.

Enquanto isso, a desigualdade de gênero assume uma das formas de desigualdade multidimensional, pois, como aponta o sociólogo Fernando Machado (2015), as desigualdades se relacionam, são interdependentes e, por vezes, agravam umas às outras. Tal cenário se observa no que diz respeito à desigualdade de gênero, a discriminação baseada no gênero é introduzida nos diversos âmbitos da sociedade, sendo intensificada pelo acesso a bens, pelas categorias sociais e pelo funcionamento das instituições. Por isso, atualmente é comum que existam variados tipos de desigualdade de gênero: no mercado de trabalho, na saúde, na educação e assim por diante.

A desigualdade de gênero diz respeito à discriminação e ao preconceito baseados no gênero, subordinando a mulher, o gênero feminino, à uma situação de vulnerabilidade. Isto é, trata-se de um fenômeno histórico, social, cultural, político e econômico cujo resultado é a disparidade de oportunidade, acesso a bens materiais e imateriais, capacidade e condições de vida entre o homem e a mulher. Tal forma de desigualdade se encaixa na categoria de desigualdade existencial de Machado (2015), ou seja, a desigualdade de gênero é resultado de um processo de insignificância, de inferiorização do gênero feminino perante o masculino, tornando-se presente em diferentes âmbitos da sociedade.

No que diz respeito ao cenário latino-americano, a desigualdade de gênero possui diversas faces, causas e consequências. Com especial foco na sociedade brasileira, observa-se um interessante quadro de desigualdade de gênero na saúde. A expectativa de vida representa um grande elemento do desenvolvimento social e econômico, mas a variação da esperança de vida para mulheres e homens podem gerar diversas consequências. No Brasil, as mulheres são mais favorecidas, possuindo maior expectativa de vida ao nascer. Entretanto, essa “maior esperança de vida ao nascer das mulheres

brasileiras é responsável pelo crescente superávit de mulheres existentes na população brasileira” (ALVES; CAVENAGHI, 2012, p. 86).

O excedente de mulheres no Brasil, que no início dos anos 80 era de duas centenas de milhares, passou para um milhão no início dos anos 90, dois milhões no início dos anos 2000 e ultrapassou os 3 milhões em 2010. Estima-se que este superávit chegue a 7 milhões no ano 2050. Depois da Rússia, o Brasil é, entre as grandes nações, o país mais feminino do mundo. O excesso de mulheres está concentrado nas áreas urbanas e é crescente com o avanço das idades. Em grande parte, a feminização da população brasileira pode ser explicada pelo aumento das mortes por causas externas (acidentes de trânsito e violências), que é uma epidemia que atinge, em maior proporção, os homens e tem afetado a dinâmica demográfica do Brasil a partir dos anos de 1980 (ALVES; CAVENAGHI, 2012, p. 87).

Essa situação acarreta variadas consequências, tal desequilíbrio de distribuição de gênero da população ocasionou um grande aumento no número de mulheres solteiras, tal fenômeno depende diretamente do aumento da taxa de mortalidade masculina. Esse cenário é chamado por vezes de pirâmide da solidão, pois observa-se “um desequilíbrio no chamado ‘mercado matrimonial’, especialmente nas áreas urbanas que concentram maior percentual da população feminina” (ALVES; CAVENAGHI, 2012, p. 90).

No âmbito da educação, a desigualdade de gênero tomou uma forma reversa, isto é, houve um significativo avanço no acesso de mulheres à educação e, atualmente, o gênero feminino apresenta maiores níveis educacionais do que a população masculina. “Nas gerações mais jovens, as mulheres conseguiram superar os homens no ensino fundamental e, especialmente, no ensino médio e superior” (ALVES; CAVENAGHI, 2012, p. 92). Inobstante isso, as mulheres brasileiras ainda são a maioria no grupo de analfabetos e o exercício de postos de chefia e de grande poder por mulheres vem sendo construído paulatinamente.

Em outras dimensões sociais e econômicas da sociedade, particularmente no mercado de trabalho, os diferenciais de gênero ainda são grandes, com as mulheres em desvantagem. Mas quando se trata de observar o hiato de gênero na educação, o Brasil já superou as metas estabelecidas na CIPD do Cairo/1994 e nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio. Hoje, nesta área, as desigualdades são reversas (ALVES, CAVENAGHI, 2012, p. 92).

Entretanto, o mesmo cenário de reversão de desigualdades não se observa no que diz respeito à desigualdade de gênero no mercado de trabalho, apesar de que houve redução nos níveis de disparidade de oportunidades e de salários. A desigualdade de gênero e a vulnerabilidade da população feminina derivam de diferentes causas, sendo uma delas, e talvez a principal, a questão econômica e a divisão do trabalho.

O desenvolvimento econômico e social de um país depende do pleno emprego dos insumos produtivos disponíveis e do crescimento da produtividade dos fatores de produção, especialmente das mulheres que são mais da metade da população e possuem dificuldades para uma inserção de qualidade no mercado de trabalho (ALVES, CAVENAGHI, 2012, p. 92).

Alguns fatores que contribuem para o desequilíbrio entre oferta e demanda e a desigualdade de gênero no mercado de trabalho são o grau de informalidade, o desemprego das mulheres e “a segregação ocupacional que torna o leque de profissões femininas mais estreito do que o masculino” (ALES, CAVENAGHI, 2012, p. 95).

Sob essa perspectiva, a CEPAL (2016) aponta que a desigualdade de gênero se assenta, por um lado, em uma divisão sexual do trabalho, que designa às mulheres a responsabilidade pelo ambiente doméstico e pelo cuidado de filhos e dependentes, trabalho cuja importância para o funcionamento econômico sofre com a invisibilidade. Essa divisão e invisibilidade interfere nas oportunidades de participação no mercado de trabalho remunerado, na autonomia e na ascensão social das mulheres.

O trabalho doméstico não remunerado incide fortemente nas múltiplas expressões de desigualdade e de pobreza, intensificando as desigualdades entre homens e mulheres no âmbito econômico, cultural, político e social. Além disso, muitas vezes a desigualdade de gênero se combina com outras formas de desigualdade, como aponta Machado (2015) através da multidimensionalidade das desigualdades, intensificando a situação de vulnerabilidade da mulher.

A possibilidade de empoderamento das mulheres possui direta relação com o desenvolvimento econômico, partindo da lógica apresentada por Machado (2015), em razão da grave disparidade de oportunidades de trabalho e salários entre homens e mulheres, o desenvolvimento possui importante papel na redução da desigualdade de gênero no mercado de trabalho, da mesma maneira que é uma oportunidade de empoderamento feminino.

O PENSAMENTO DESCOLONIAL PARA PENSAR JUSTIÇA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

A desigualdade consiste em uma característica histórica e estrutural da América Latina e do Caribe, sendo presente nessas sociedades mesmo em períodos de desenvolvimento econômico e prosperidade. Na última década, indica a CEPAL (2016), as desigualdades foram significativamente reduzidas devido a uma postura política dos governos que passaram a promover políticas de redistribuição e inclusão social.

Ainda assim, a desigualdade persiste nas sociedades latino-americanas e representa o maior obstáculo contra o desenvolvimento econômico e social, conseqüentemente, impedem que persistam os avanços na erradicação da pobreza, na expansão da cidadania e no exercício de direitos fundamentais, assim como enfraquece as sociedades democráticas (CEPAL, 2016).

O aumento dos níveis de desigualdade possui relação direta com a diminuição dos níveis de mobilidade social, tal indicação feita pela CEPAL (2016) reafirma os estudos do sociólogo Fernando Luís Machado (2015) de que quanto mais cristalizada as desigualdades, maiores as possibilidades de fortalecimentos das categorias e grupos sociais que introduzem rigidez na sociedade, dificultando a mobilidade social. Isto é, elevados níveis de desigualdade possuem impacto nos processos de integração social, pois geram experiências de vida e expectativas sociais divergentes. Conseqüentemente, maior será a possibilidade de rigidez social, de segregação e de conflitos.

As diversas formas de desigualdades são vistas como injustas na medida em que as oportunidades apresentadas às pessoas para melhorar sua situação socioeconômica são marcadamente diferentes e desproporcionais, assim como quando aqueles que estão no topo da distribuição de renda alcançam essa posição a partir de normas, valores e mecanismos institucionais e sociais que legitimam e preservam as desigualdades (CEPAL, 2016).

A desigualdade consiste em diferenças e disparidades na capacidade e nas possibilidades de apropriação de recursos, de renda, bens e serviços, que causam variações no bem-estar entre grupos sociais. Isto é, a desigualdade é reflexo da concentração da riqueza em uma pequena parcela da população, existindo uma grave desproporcionalidade na distribuição de bens, recursos, oportunidades e serviços. Conseqüentemente, o acesso ao poder político e a efetividade dos direitos fundamentais são limitados para a maioria da sociedade, tornando a desigualdade social um “fenômeno indissolúvel das relações de poder no nível individual e coletivo” (CEPAL, 2016, p. 18).

Como consequência de suas características, a desigualdade social se manifesta nos variados âmbitos do Estado e da sociedade, mas é especialmente nítida quando se trata de educação, saúde, mercado de trabalho, renda, acesso a serviços e direitos básicos, condições de vida e proteção ambiental. “Vários mecanismos de discriminação, de natureza estrutural e institucional, de gênero, étnica, racial e socioeconômica, entre outros, afetam sua permanência e reprodução.” (CEPAL, 2016, p. 18).

A América Latina, em especial, vivência um grave cenário de desigualdades sociais e, apesar das tentativas de diversos órgãos, movimentos sociais e regimes políticos, ainda são muitos os desafios para combater efetivamente esse problema. Entre as propostas e iniciativas adotadas para proporcionar mudanças no cenário social, econômico e político, poucas delas consideraram as peculiaridades históricas, os processos e relações de poder presentes na realidade latino-americana.

Nesse sentido, Enrique Dussel (2001) critica a filosofia política ocidental ao analisar as propostas de sociedades justas. Essa reflexão tem como base o pensamento decolonial, pois considera que as teorias falham em

pensar e propor formas de justiça social que sejam possíveis na América Latina. O contexto latino-americano possui peculiaridades históricas, culturais, sociais, econômicas e políticas, necessitando de propostas focadas nessas características únicas.

O pensamento decolonial tem como objetivo produzir e valorizar conhecimentos que não correspondam à lógica da colonialidade, do mesmo modo que busca afastar pressupostos e teorias eurocêntricas. Por um lado, tem como intenção refletir criticamente sobre as relações de poder e de colonialidade no âmbito do conhecimento, por outro, também se preocupa com a construção de conhecimentos que resgatem e empoderem os conhecimentos oprimidos e subalternizados.

Realizar essa reflexão requer a adoção de posições perante os fenômenos do colonialismo e da colonialidade, isto é, se faz necessário reconhecer as relações de poder estabelecidas e sustentadas desde a Modernidade e compreender como elas se adaptaram às transformações e mudanças da sociedade mundial. A partir disso, ao analisar as relações econômicas, políticas, sociais e culturais da atualidade, é possível identificar a existência de uma perspectiva hegemônica. Essa perspectiva hegemônica é caracterizada pela cultura e pelos saberes ocidentais, mais especificamente voltada para o contexto histórico-geográfico da Europa. Consequentemente, as formas de construir o saber sustentam-se nos pressupostos eurocêntricos.

É nesse sentido que Dussel (2001) demonstra a necessidade de construir uma nova teoria e perspectiva crítica, capaz de pensar sociedades justas a partir do contexto histórico, econômico, político, social e cultural da América Latina. Para tanto, o pensamento decolonial se faz necessário como consequência da colonialidade e do colonialismo que afetaram e reestruturaram a realidade latino-americana, interferindo nas relações e formas de poder, de modo que deu início ou proporcionou o surgimento de desigualdades.

Como aponta Dussel (2001), os processos mencionados não se confundem, o colonialismo diz respeito à relação política e econômica de poder e dominação colonial de um povo, Estado ou nação sobre outro. A

colonialidade “se refere a um padrão de poder que não se limita às relações formais de exploração ou dominação colonial, mas envolvem também as diversas formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam a partir de posições de domínio e subalternidade” (AMARAL, 2017).

Tais processos são inter-relacionados, isto é, o colonialismo pode adotar a forma de estrutura de poder que forma novas relações sociais a partir de classificações étnico-raciais, assim ocorreu na realidade histórica da América Latina durante o período colonial. Por outro lado, aponta Mignolo (2010), a colonialidade surge conforme se formam as estruturas coloniais de poder, porém, vai além na medida que se internaliza nas subjetividades e relações sociais, se adaptando e, assim, permanecendo, perpetuando e reproduzindo nas dimensões do poder, do saber e do ser.

A CEPAL (2016) indica que a desigualdade na América Latina possui elementos particulares, pois, historicamente, as sociedades latino-americanas foram oprimidas e reestruturadas, mesmo que com muita resistência, por povos europeus. Conseqüentemente, o âmbito social e cultural foi reprimido, sendo substituído por uma cultura eurocêntrica. A mesma lógica se observa no espaço político e econômico, em que as relações preexistentes são substituídas para que o europeu ocupe o espaço de superioridade e de dominação.

O processo de colonialismo e a lógica da colonialidade reestruturaram todas relações sociais existentes até então, passando a colocar em situação de superioridade o indivíduo europeu, branco, homem e rico. Além disso, como indica Aníbal Quijano (2005), o racismo e o patriarcado tornam-se presentes nas novas sociedades, instituindo uma hierarquia vertical que orientaria todos âmbitos do Estado. Tais estruturas estão presentes nas causas históricas e atuais das desigualdades.

Para refletir sobre desigualdade, mais especificamente desigualdade de gênero, na América Latina, é necessário reconhecer que as causas, condições, circunstâncias e características são diferentes das disparidades presentes em outras sociedades. O processo histórico da sociedade latino-

americana influenciou, e ainda influência, as relações e formas de poder, em que as mulheres eram tidas como inferiores na hierarquia social.

Por isso, pensar justiça social nas sociedades latino-americanas requer um olhar crítico sobre as relações sociais e as formas de poder que estruturaram a realidade e as graves desigualdades que inviabilizam o desenvolvimento dessas sociedades. Nessa perspectiva que o pensamento decolonial atua, tendo como objetivo realizar um processo de descolonização do pensar e do saber.

Assim, o cerne da questão é abrir as possibilidades de (re)construção das histórias e dos saberes silenciados pela razão e lógica eurocêntrica. Essencialmente, a ideia por trás disso se expressa através da busca pela diversidade epistêmica, pelo empoderamento do saber e ser de grupos, comunidades e movimentos sociais que foram reprimidos e silenciados pela lógica da colonialidade, como a população feminina que sofre com desigualdades graves e que possui diferenciadas demandas para ter acesso justo e igualitário aos diversos âmbitos da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo compreender a complexidade existente no que são e como afetam as chamadas desigualdades sociais, compreendendo seu impacto na sociedade, sendo que são diferenças sistemáticas e persistentes de acesso a bens, recursos e oportunidades, geradas independentemente dos talentos, capacidades e desempenhos individuais, que podem cristalizar-se e formar categorias sociais que impossibilitam a mobilidade social e, conseqüentemente, tornam rígida a sociedade.

Fernando Luís Machado (2015) é extremamente útil para construir um diálogo fundamental sobre a multidimensionalidade, demonstrando que a desigualdade possui variados tipos e formas, sendo elas associadas à classe, ao gênero e à etnia ou à raça. O ponto principal da multidimensionalidade é que as desigualdades são interdependentes e, por vezes, interligadas, existindo uma dinâmica entre elas, de modo que intensificam e afetam umas às outras. É nessa perspectiva que o estudo focou na discriminação baseada no

gênero, pois essa, por sua vez, é introduzida nos diversos âmbitos da sociedade, sendo intensificada pelo acesso à bens, pelas categorias sociais e pelo funcionamento das instituições. Por isso, atualmente é comum que exista variados tipos de desigualdade de gênero: no mercado de trabalho, na saúde, na educação e assim por diante.

Em especial, a desigualdade consiste em uma característica histórica e estrutural da América Latina e do Caribe, sendo presente nessas sociedades mesmo em períodos de desenvolvimento econômico e prosperidade. Devido esse cenário grave e particular, se faz necessário buscar novas formas de construir sociedades justas e novos meios de combate à desigualdade de gênero no contexto latino-americano, pois as teorias e propostas norte-americanas e europeias falham em mensurar e considerar as condições históricas, culturais, sociais, econômicas e políticas que cerceiam a realidade da América Latina.

Nesse contexto, é adotado o pensamento descolonial para refletir e pensar no cenário da América Latina, com foco na construção de sociedades justas que visem “a reversão dos processos históricos que induziram a vulnerabilidade da dignidade da maior parte dos seres humanos e na garantia a todos de bens essenciais para uma vida decente” (BRAGATO, 2014, p. 25). A partir da teoria crítica de Dussel (2001) e de Flores (2009), a pesquisa busca demonstrar como os graves problemas de exclusão social interferem na dinâmica da sociedade e como as reflexões descolonias podem auxiliar no combate às desigualdades multidimensionais e de gênero.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana Marta. Indicadores de Desigualdade de Gênero no Brasil. Londrina: Revista Mediações, volume 17, número 2, páginas 83-105, 2012.

AMARAL, João do. Arte descolonial. Pra começar a falar do assunto ou: aprendendo a andar pra dançar. Revista Iberoamérica Social, 2017. Disponível em: <https://iberoamericasocial.com/arte-decolonial-para-comecar-falar-do-assunto-ou-aprendendo-andar-para-dancar/>. Acesso em: 03 de maio de 2019.

BRAGATO, Fernanda Frizzo. Para além do discurso eurocêntrico dos direitos humanos: contribuições da descolonialidade. Itajaí: Revista Novos Estudos Jurídicos, volume 19, número 1, páginas 201-230, 2014.

CEPAL. La matriz de la desigualdad social en América Latina. Santiago: Nações Unidas, 2016.

DUSSEL, Enrique. Hacia una filosofía política crítica. Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, 2001.

FLORES, Joaquín Herrera. A reinvenção dos direitos humanos. Tradução de Carlos Roberto Diogo Garcia, Antônio Henrique Graciano Suxberger e Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

MACHADO, Fernando Luís. Desigualdades sociais no mundo actual: teoria e ilustrações empíricas. Luanda: Mulemba - Revista Angolana de Ciências Sociais, volume V, número 9, páginas 297-318, 2015.

MIGNOLO, Walter. Desobediencia Epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. São Paulo: Estudos Avançados, volume 19, número 55, páginas 09-31, 2005.